

CONSTRUINDO ITANS DE ASSENTAMENTOS DE AFRODESCENDENTES NO SUL DO BRASIL

Cláudio Baptista Carle

Resumo: Artigo destaca a construção do imaginário histórico produzido no sul do Brasil sobre os assentamentos de africanos e descendentes. O estudo em desenvolvimento privilegia as produções que apresentam a face mais próxima dos interesses dos africanos destacando suas histórias como itans, histórias ou narrativas míticas (língua yorubá). As narrativas míticas para Gilbert Durand (2002) marcam a forma de ser dos povos no mundo. A partir do imaginário dos itans discutimos a validade dos estudos históricos e arqueológicos atuais. Verificamos a distância das ciências humanas do universo narrativo dos afro-brasileiros. Esta distância torna ineficaz a implementação de leis e ações afirmativas na consolidação do pensamento afro-brasileiro na sociedade, tais como a Lei Federal 10.639/2003; o parecer CNE/CP no. 003/2004; entre outras.

Palavras-chave: Imaginário. Assentamentos. Afro-descendentes.

Apresentação

A História da Escravidão no sul do Brasil é escrita longe da investigação da cultura material dos africanos e descendentes. A cultura material é foco de estudo da Antropologia (no campo da Arqueologia). A cidade de Pelotas¹ é um espaço vital no sul do Brasil para entender estes assentamentos². A presença da Universidade Federal de Pelotas, de seu curso de Antropologia com habilitação em Arqueologia e do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LAMINA), facilita muito este estudo na região.

A análise de investigações anteriores, principalmente históricas, nos leva a crer que para implementar um estudo, desta monta, na região de Pelotas é investir em dezenas de anos de pesquisa empírica e mais dezenas de anos de estudos

¹ A cidade de Pelotas (RS) é uma cidade contingente muito grande de indivíduos escravizados nos séculos XVII-XIX, devido ao sistema produtivo das charqueadas que supriam todo o Brasil, mas principalmente para as Minas Gerais.

² A palavra apresenta aqui um duplo sentido que no contexto da Bacia Semântica de Gilbert Durand (2002), é fundamental, ela é simbólica, pois trata do universo africano, que indica o lugar de viver, de morar, a habitação que é assentada ritualisticamente para ser ocupada.

analógicos e teóricos para chegar a conclusões, de como seriam estabelecidos os processos de interação entre indivíduos escravizados e não-escravos naquela sociedade e seus efeitos na sociedade atual.

A ideia principal da pesquisa é possibilitar que de alguma forma seja escrita uma nova história das pessoas escravizadas, com uma interação mais profunda com as ideias provenientes destes próprios sujeitos na sua história. Para tanto como arqueólogos pensamos em encontrar seus mitos e conhecer melhor os mitos criados pela história ocidental sobre estes indivíduos escravizados, histórias estas que em uma de suas linguagens de origem são tratadas como itans.

O ponto de partida para os novos Itans

A sociedade atual é um reflexo dos processos anteriores e há uma necessidade imposta, mesmo pela Constituição Federal e pela lei 10.639/2003, que estes estudos aconteçam.

Durante muitos anos, a historiografia regional sulina manteve distância do resgate da presença de escravos e negros em nosso estado, preferindo esquecer nossas raízes africanas e enaltecer nossa herança européia, principalmente ligada à imigração açoriana, italiana e alemã (MOREIRA, 2003, p. 27).

Paulo Moreira (2003) destaca também os estudos contrários a esta vertente, mas ele mesmo não faz menção a outros tipos de estudos, em realidade é porque não existem. O pioneirismo na arqueologia é precedido por uma bibliografia histórica e alguns estudos antropológicos (estes últimos relacionados principalmente a demarcação de terras de quilombos³). Em paralelo a estes estudos indicamos necessário agora desenvolver a questão de como se desenvolveu a interação entre indivíduos escravizados, escravos⁴ (índios, africanos e descendentes, mestiços e outros grupos escravizados), e não-escravos (europeus e descendentes, mestiços, índios e outros grupos com caracterização de livres) no período escravocrata. A resistência e a persistência de vida dos indivíduos escravizados se fazem sentir até

³ Por Quilombo neste caso entendemos aquilo que vem se popularizando como área de presença de afros-descendentes no país, mas que não é o termo cunhado pela história para este fato-território.

⁴ A palavra "escravo" aqui está relacionada à condição social no não livre, que é considerado peça de venda no período histórico brasileiro entre 1500 e 1898 (lembrando que a condição de escravo perdeu por, pelo menos, 10 anos mais depois de sua declaração de extinção em 1888).

hoje e neste viés é que pretendemos dar força à investigação. A cultura material em consonância com os dados imateriais⁵ da cultura é um viés ainda inexplorado desta sociedade no passado e de seus reflexos no presente.

As escritas históricas são consolidadas pelo pensamento europeu, pela mítica europeia sem realmente atingir o *homo novus bresiliensis* (DURAND, 1996, p. 200), que pensa e vive como um ameríndio afro-brasileiro. Para muitos ainda a “escravidão surgiu no mundo desde que os homens se dividiram em classes, podendo-se dizer que escravidão e civilização se apresentam sincronizadamente na história” (FREITAS, 1980a, p. 12). O que podemos dizer é que esta afirmação é simplória e evidentemente europocêntrica. Baseada nos mitos de superioridade europeia sobre o mundo, onde a condição “natural” do escravo deveria ser entendida.

A ideia exposta de que os civilizados escravizam e que este fator é quase natural nas sociedades é tão marcante nas escritas de historiadores sulinos que ensinamos nas escolas que os responsáveis pela escravidão seriam os próprios africanos, pois absurdamente estes são afirmados até hoje como não civilizados⁶. Ao estudarmos estes textos encaramos a revelação de um preconceito contínuo na produção histórica do sul do Brasil. Décio Freitas (1980b), mesmo autor do texto discutido acima, em contrapartida, traz uma importante compilação de textos legais os quais davam sustentação ao processo de escravidão no Brasil e mesmo no mundo moderno a partir do século XVI.

História esta que não revela em nada a concepção do africano que é deslocado para cá, nem do índio submetido ou dos seus descendentes mesmo que frutos das relações com os europeus, mas que normalmente baseia-se em modelos

⁵ A ideia de imaterialidade está naquilo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional convencionou chamar de Patrimônio Imaterial, que se perpetua até o presente. Esta faceta dos escravizados (assegurada pelos registros históricos da cultura dos indivíduos e grupos cativos) e dos descendentes de escravizados até a atualidade é espaço de pesquisa de historiadores, etno-historiadores, antropólogos e pretende-se de etno-arqueólogos.

⁶ Há que se questionar a ideia de civilização, mais do que isso há que se questionar a inexistência de sociedades em mesmas condições de desenvolvimento na África, como na Europa e América. O mais certo a dizer é que as culturas são diferentes, mas não há uma civilização mais civilizada que outra, ou um grupo mais desenvolvido que o outro, cada grupo possui o seu próprio desenvolvimento dependendo de seus fatores culturais. Não podemos mais aceitar a ideia de desenvolvido, subdesenvolvido e em desenvolvimento. O que temos é todos em desenvolvimento sejam para as culturas que forem. Não mais nem menos, melhor ou pior, há apenas a diferença.

européus e norte-americanos na constituição de *itans*⁷ (histórias). Esta maior aproximação a africanidade dos escravos é por que este, depois de 1570⁸, passou a ser o maior contingente populacional de escravizados.

A escravidão estudada nessa forma perpetua o termo negro⁹ que trata de todos os “indivíduos sem alma” passíveis de escravidão. Há outra estrutura sócio-histórica a ser discutida. Os africanos e descendentes na interação com os indígenas cativos e com os que os europeus criam um contexto cultural diferente do que se tem apresentado até a atualidade. A investigação dá visibilidade¹⁰ aos pensamentos africanos no processo de inserção na sociedade brasileira no passado e no presente.

A revelação¹¹ da cultura material e imaterial da sua forma de viver no mundo, se faz representar através de suas falas. O conhecimento do destino

⁷ O termo *itan* assim como outros de origem Yorubana (língua africana) são aqui apresentados numa tentativa de aproximação com o pensamento que marca os valores dos escravizados, neste caso dos afros-descendentes. O yorubá é uma língua do norte da África que é falada por aqueles que, na literatura histórica brasileira sobre escravidão, aparecem como os Nagô. É a língua dos que vieram nos períodos de auge da escravidão e ficaram até o final dessa, ficando o yorubá como a língua quase que geral das casas de religião de matriz africana no Brasil.

⁸ Neste ano o rei D. Sebastião de Portugal promulga a lei proibindo o cativo de índios, exceto por “justa guerra” feita com licença do rei ou do governador do Brasil (FREITAS, 1980b, p. 11), o problema é que este “justa guerra”, ficou sendo promovida até aproximadamente 1910, quando da criação do Serviço de Proteção ao Índio (por Rondon), e em realidade é realizada até hoje, pois os índios são ainda considerados animais. O exemplo disto foi recentemente demonstrado, em 2007, em Seminário História e Meio Ambiente, realizado na Universidade de Cruz Alta, em palestra sobre a Amazônia, o Tenente Coronel José Ricardo Pinto de Albuquerque Cavalcante (EASA-EB) afirmou que “muitos índios na Amazônia vivem muito perto dos seres humanos”.

⁹ O termo “negro” dá espaço para muitas discussões, mas historicamente (Moura, 1987) a palavra tem um sentido diferente do seu uso atual. A idéia original era marcar indivíduos que não possuíssem alma passíveis então a escravidão. A palavra “preto”, por exemplo, aparece antes do século X identificando a cor da pele mais escura oriundos da África. Estes penetravam na península Ibérica, nas invasões muçulmanas patrocinadas pelos seguidores de Gengis Kan, convertido ao islamismo o invasor mongol criou um ampla região da Ásia, África e Europa sob seu domínio e de seus descendentes. A palavra “negro” provavelmente surge no século XV com a escravização de africanos por portugueses. Os espanhóis, porém, foram os primeiros europeus a usar africanos como escravizados na Europa e na América, assim um primitivo sentido da palavra negro era “escravo”. A palavra é considerada ofensiva em diversos países africanos e nos Estados Unidos, onde a palavra *black* literalmente corresponde à palavra preto e é usada para designar os indivíduos que se identificam com os aspectos relacionados aos afro-descendentes, não sendo utilizada a palavra *niger*, literalmente negro.

¹⁰ Ilka Boaventura Leite, do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina, indica que há um “desprivilegiamento, seja através da ideologia do branqueamento, seja através das práticas de discriminação cotidianas” (LEITE, 1996, p. 9) destaca a “invisibilidade” a que a sociedade submeteu os africanos e descendentes no Brasil, e Oliven destaca que mesmo a figura do gaúcho exclui os descendentes europeus “ela faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio” (OLIVEN, 1996, p. 25).

¹¹ É importante ver os termos que formam esta palavra, re – no sentido que já existia e que será tomado novamente, e velação – que vem do velado, que está coberto por um véu, escondido. O objetivo é tornar a ver o que estava escondido, atributo investigativo da arqueologia.

(história dos africanos escravizados neste caso, que é conhecido na religião) dos *ara aiyê* (seres humanos) é representada pela variedade de *itans*, que são histórias ou mitos, com narrativa característica (LUZ, 1995, p.36). Buscamos, conforme Fábio Leite (2008), África Sujeito. Esta condição de sujeito de sua história coloca para o arqueólogo e historiador brasileiro uma tarefa mais comum à antropologia brasileira (hoje realidade no curso de Antropologia da UFPel). Os arqueólogos brasileiros então acostumados a trabalhar com vestígios de sociedades extintas, constroem a própria linguagem e as atribuem a objetos e fatos.

O processo de escravização e a luta contra este constituem novas histórias que devem se referenciar nos mitos constituídos na África. Há necessidade de reconstituir o Axé, ritualizado no axexe. É com o Axé, a força vital dos vivos, na sua troca com o ambiente, sempre ritualizada, restabelece a história dos africanos e descendentes¹² que são sujeitos neste processo trabalhado ainda como Arqueologia da Escravidão, mas que deve ser entendido como Arqueologia dos Escravizados.

A história da escravidão escrita foca em uma identidade nacional de fundo europeu, oposta as influências indígena e africana inexistentes. Ensinada nas escolas. História envolta pelo “branqueamento”¹³, descarta a população viva (índios e afros) do Brasil. O contingente africano e indígena, força motriz da produção, não participa efetivamente, com sua estrutura de pensamento, da constituição de sua própria história no Brasil. O africano em sua dimensão sagrada, fruto das forças cósmicas sobrenaturais (LUZ, 1995, p.113), conta os *itans* dos seres humanos e sacraliza a existência, no sentido de poder repetir os seus feitos em rituais. Contar o *itan* é reviver o passado e viver o presente, é dar sentido ao que acontece, baseado no que aconteceu e possibilitando o que irá acontecer.

Os documentos escritos destes *itans* se perpetuaram através das vozes daqueles povos e pela sua cultura material. A investigação em desenvolvimento através de dois projetos¹⁴ de arqueologia já vem tornando isso uma realidade. Seus

¹² Há que se definir o processo de nomeação que possa ser similar aos africanos para os indígenas escravizados, é provável que utilizaremos para tanto o Tupi, língua ampla usada no Brasil pelos grupos para se comunicarem, similar ao Yorubá que utilizamos aqui para os africanos.

¹³ A idéia de branqueamento foi desenvolvida pelos teóricos das ciências sociais no final do século XIX e início do século XX.

¹⁴ Pampa Negro – Coordenado pelo Prof. Dr. Lucio Menezes; Mapeamento arqueológico e cultural dos objetos, lugares, manifestações e pessoas de referência às sociedades tradicionais indígenas e afro-brasileiras na região sul do Estado do Rio Grande do Sul que coordeno.

enfoques buscam investigar índios e africanos e seus descendentes pela cultura material. Seus resultados podem mudar os dados a serem levados as escolas.

A resistência à condição de escravizado como um novo *itan* no Brasil Meridional identifica-se nos primeiros¹⁵ quilombos no sul do Brasil, e suas continuidades até o presente nas áreas remanescentes de quilombos¹⁶. Estudos realizados na região do vale do Rio dos Sinos¹⁷ verificaram a interligação entre imaginário das culturas e a inserção de quilombos no sul do Brasil. A distribuição geográfica destes assentamentos¹⁸, formam um arco tendo relação aos caminhos terrestres e fluviais, utilizados nos séculos XVIII e XIX na ligação das cidades do sul para a atual região SE. A referência ao caminho são *itans do Exu*¹⁹, histórias míticas que retratam a relação direta entre o movimento e a permanência, para constituição dos antigos povoados africanos. A partir deste enfoque é que se pode mudar a visão educativa sobre estes lugares. A escola deve ser mais afro-brasileira.

O *itan* possibilita identificar os significativos aspectos sociais que se desenvolveram no cotidiano das famílias de escravos que conviveram nas áreas, tanto como “livres” (quilombos) como escravizados. O *itan* destas localidades, onde comunidades africanas e/ou de descendência africana assentaram-se ou permaneceram assentadas (até hoje) indica a Antigüidade e a forma de organização espacial das mesmas, nos séculos XVIII e XIX. Somente temos a voz dos europeus e sobre ela nos debruçamos para ver onde a cultura material pode aparecer como contraponto, embasado no Imaginário (DURAND, 2002) africano, e como tal criar um novo processo educativo.

¹⁵ Quilombo do Monjolo, em Santo Antônio da Patrulha, RS (séc. XVIII) com cerâmicas subsuperfície, cujo tratamento de superfície remonta a tradições africanas de mesmo período na região de Angola, datadas por Radiocarbono.

¹⁶ 34 áreas com Cartas de Auto Reconhecimento da Fundação Palmares, na região de Pelotas.

¹⁷ Tese do autor Cláudio B. Carle, defendida na PUCRS, em 2005. Reproduzimos parcelas deste texto aqui, correspondendo a parte do capítulo I – “As relações científicas e sociais para a construção de uma nova história dos africanos no Rio Grande do Sul”. (p.14-58).

¹⁸ O termo assentamento refere aqui ao termo usado na Tese “A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX” de autoria de Cláudio Carle, defendida no PPGH- PUCRS em 2005.

¹⁹ Exu – conhecido como Bará no sul é uma das figuras mais antigas do universo sacralizado animista africano.

Base para *Itans* no Sul do Brasil, os velhos pensamentos já escritos

As estruturas componentes do quilombo, atributos²⁰ próprios identificados, possibilitam padronizar ou não um quilombo. Analogias recuperam os processos de conhecimento dos que estão no limiar da história, que recebem identificações e pechas, e que os próprios pesquisadores, ainda que africanos e afrodescendentes, não conseguem retirá-los. Uma condição submissa ou subalterna na história fruto de uma tradição europeia de escrita.

Esta pessoa precisa saber que negro não é sinônimo de degredado e marginalidade, mas sim é a identificação de uma raça que lutou e luta pela construção de seu espaço social, numa sociedade que traz, introjetada em seus comportamentos, a herança do estigma estamental escravista. A história da luta negra, pelo resguardo de sua dignidade, serve de exemplo para todas as etnias, que talvez tenham sofrido no processo de construção deste país, mas o fizeram livres e foram, e talvez ainda o sejam, veículo da discriminação e da segregação racial (SANTOS, 1991, p. 81-82).

O Brasil, segundo Gitibá Faustino (1991, p.102), é o segundo país, depois da Nigéria, em população afrodescendente, marginalizados até na produção científica. A história “branca” sobre a escravidão esconde ou suaviza o fato, ou tenta eliminar esta “mácula de nosso passado” (SANTOS, 1991, p.141). A falta de documentos escritos²¹ vem sendo suprida com a localização de novos arquivos esquecidos em pequenas cidades do país, bem como a inter-relação de dados das várias regiões do Brasil e mais especificamente com a cultura material.

“A sociedade escravista almejava um cativo que se autoconcebesse como propriedade de outrem ou um afro-descendente neutralizado pelo respeito e medo ao amo” (MAESTRI, 1984, p.70). Controlava-se a totalidade da vida do afro-descendente desde sua alimentação, tempo de sono, relações pessoais e afetivas. E premiava o escravo por esta obediência e castigava-o na falta dela. O castigo teve

²⁰ O termo aqui busca lembrar as formas de tratamento, classificatória e tipológica, usual entre os arqueólogos.

²¹ Que eu acreditava devido ao Decreto Lei de Ruy Barbosa, quando ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, no dia 14 de dezembro de 1890, que determinou a queima e destruição de todos os documentos referentes ao elemento servil. Isto apenas para o Ministério da Fazenda, mas o decreto foi estendido a quase todos os órgãos públicos. No Rio Grande do Sul resultou em portaria expedida em 29 de julho de 1891 no Palácio do Governo (GOMES et al. 1995, p.25). Segundo Paulo Moreira, informação oral na Banca de Defesa de Tese (CARLE, 2005), esta condição é um mito, que em muitos casos justificou a não realização de estudos sobre a temática, pois não haveria fontes para tanto, se é verdade incorri no erro mitificado.

que ser regulado pelo Estado, para não permitir que a produção escravista se desmantelasse. Joseph Hörmeyer (1986, p.78), que veio a Província do Rio Grande de São Pedro, em 1850, com o objetivo de preparar a propaganda para a entrada de alemães nesta, declarou que: “Certo é que um escravo é castigado também aqui, mas assim como um pai castiga seu filho renitente”. Cristina Nery e Gilian Lopes, pesquisando inventários de Porto Alegre (1860 – 1880), refutam esta ideia de castigos brandos, escravizados domésticos cujas exigências são menores apresentam grande taxa de aleijados e doentes (1988, p. 534-535.)

A escravidão impediu o desenvolvimento de formas produtivas mais eficientes, mantendo a sociedade em uma estrutura fechada, pois “sendo o escravo a base fundamental da estrutura, qualquer mudança, partindo da cúpula do sistema, previa o fim da condição de ser escravo como último ato, ou seja, o último recurso” (SANTOS 1991, p.72). Louis Conty (1988) já advertia que as charqueadas gaúchas produziam menos que as uruguaias e argentinas, porque usavam escravizados em vez de mão de obra assalariada (MAESTRI, 1984, p.66).

O Vaticano, para garantir a lucratividade, decreta o africano não-cristão um ser sem alma²², passível de ser escravizado (SANTOS, 1991, p.74). A baixa produção é cobrada e colocavam que isto ocorria devido a sua origem, por serem “filhos de Cam”²³. O afrodescendente não produzia mais não por ter pele escura, mas por estar escravizado (MOURA,1987, p.40 ; SANTOS, 1991, p.112.). A taxa de mortalidade era suprida pelo Tráfico até 1850²⁴. O escravizado era regulador social, pois quanto mais longe da condição de escravo um cidadão se encontrava, mais alto estaria na escala social²⁵, o uso das mãos para o trabalho era considerado

²² Negro de alma, popularizando o termo Negro para a sua condição de escravo

²³ Descendentes de Caim (na Bíblia judaico-cristã), que teria matado seu irmão e se refugiados nas terras de Cam.

²⁴ NERY; LOPES, 1988, p. 533; MAESTRI, 1984, p.64; o contrabando também trazia muitos escravizados ao Brasil (MAESTRI, 1979a, p.45-46).

²⁵ “As mulheres daqui podem ser divididas em três classes: brancas e de pouca mescla, pertencentes à sociedade; depois, o imenso número das morenas livres que, dotadas de pouca ou nenhuma formação, fazem de seus encantos um comércio mais ou menos descente; e, finalmente, as escravas de todas as matizes. (...) só posso falar das primeiras dessas classes; suas mulheres são bonitas (...) Essa classe é, nesta Província, mais numerosa e de sangue muito mais puro do que nas outras províncias; é por isso que nos bailes em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, se pode ver verdadeira guirlanda de flores vivas”. (HÖRMEYER, 1986, p.72-73); podemos perceber aqui o quão longe estariam os homens de posse dos escravizados dentro de uma sociedade machista da época.

degradante²⁶. Existem inúmeros registros de escravos que valiam mais que uma propriedade, funcionando também como moeda internacional-comercial (MAESTRI, 1984, p. 25) e como indexador da economia interna (SANTOS, 1991, p. 71-72).

Chamados de africanos como uma abstração, homogeneização dos diferentes grupos lingüísticos, divididos em dialetos e tribos, sua unidade era combatida. Havia ainda a hierarquia entre escravizados, do boçal ao ladino, os de ganho, os domésticos, os mineiros e os urbanos, os crioulos (nascido no Brasil) e o africano (SANTOS, 1991, p.75). Separações que favoreciam a manutenção do sistema. Nesta divisão nos é possível verificar através das vestimentas e os tipos de instrumentos que portavam a cultura material destes estames criados.

No Brasil meridional as charqueadas juntavam muitos escravizados, com jornada de trabalho de 16 horas diárias. Paravam pelo esgotamento ou pela enfermidade (MAESTRI, 1984, p.46). A carne salgada barateava as antigas formas de transporte do gado vivo e a produção deveria ser intensa para competir com as saladeiras argentinas e uruguaias que, depois de 1825, passaram a usar mais intensamente a mão de obra assalariada²⁷. As condições de vida nestes estabelecimentos implicavam numa vida curta e a reposição de mão de obra era constante. Nicolau Dreys²⁸ (1979, p. 42) considerou a charqueada um estabelecimento penitenciário. A partir de 1850, com o fim do tráfico, os escravizados nas charqueadas passam a ser utilizados em sua plenitude, levando a um desgaste bem maior desta mão de obra e a derrocada deste tipo de produção no Brasil Meridional. As charqueadas são tema central dos estudos do LAMINA da UFPel e estão muito longe das escolas da região.

²⁶ “O costume do país proíbe as mulheres brasileiras a se mostrar na rua sem acompanhante, assim como aos homens a carregar qualquer pacote, mesmo um livro, na rua: para isso existem os negros. Esse costume é tão enraizado que, por exemplo, ninguém entre as ordenanças dos oficiais das tropas alemãs quis conduzir um cavalo pelas ruas ou carregar água ou bagagem, vendo-se os oficiais obrigados a pagar escravos para esses serviços” (1850) (HÖRMEYER, 1986, p. 65).

²⁷ CORSETTI, 1985, p. 91 - O autor questiona esta colocação, também feita por Fernando Henrique Cardoso, pois buscando o historiógrafo argentino Hector Pérez Brignoli, em sua tese de doutoramento, afirma que uma grande seca que assolou o pampa, de 1830 a 1832, e o bloqueio francês de 1838 a 1839, provocaram a estagnação da indústria saladeira, após sua expansão em 1820. Em 1840 quem passou a dominar o mercado, sobre a hegemonia de Buenos Aires foram Santa Fé, Corrientes e Entre Rios - mesmo que neste período o charque caía muito em relação a exportação de lã. Berenice Corsetti acredita que faltou base documental a Fernando Henrique Cardoso para fazer esta afirmação.

²⁸ DREYS, Nicolau *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, citado por MAESTRI, 1979a, p 42

O espaço urbano permitia, aos escravizados, estratégias pessoais e grupais de melhoria das condições gerais de vida, mas a maioria da massa escravizada estava no campo. As manifestações de repúdio eram temidas pelo senhor (MAESTRI, 1990, pp. 697-698, MAESTRI, 1984, p.63). Nas casas mais pobres trabalhavam um ou dois escravizados, nas mais ricas um batalhão (MAESTRI, 1984, p.49). Este número elevado de escravizados demonstrava o “status” da família. Eram copeiros, porteiros, cozinheiros, amas de leite, ferreiros, pajens e outros. Inúmeros são os anúncios de jornal sobre o aluguel, venda e compra de escravizados com especialização ou não²⁹. Existiam contratos para educação de escravizados no sentido destes criarem uma especialidade³⁰. Estes processos educativos são pouco conhecidos e deverão ser estudados.

Uma figura muito comum nas capitais de província era o “escravo de ganho” que tinha a oportunidade de conquistar a sua liberdade pela compra de alforrias³¹. Os “de ganho” tinham autorizações para circularem pela cidade a exemplo da postura publicada no Jornal O Mensageiro, N° 20, terça-feira 12 de Janeiro de 1836.

POSTURA.

Todo o escravo de qualquer condição, que seja, que for, encontrado na Rua depois do toque de recolher, isto é, depois das 9 horas da noite de o 1° de Abril ao ultimo de Setembro, e das 10 horas do 1° de Outubro ao ultimo de Março, sem bilhete de licença de seu Senhor, ou da pessoa, a cujo encargo estiver, será preso pelas Patrulhas, ou Guardas de Policia, e conduzido a Prisão Publica desta Cidade, onde será castigado com vinte e cinco açoites pela primeira vez, e com cinquenta em cada uma das reincidencias. E para que conste se lavrou o presente Edital, que será publicado pela Imprensa, afim de ter a Postura transcriptas a sua execução da data delle em diante - Porto Alegre em sessão Extraordinaria, de 5 de janeiro de 1836 - O Presidente, Marcos Alves Pereira Salgado - O Secretário Libanio Pereira da Silva.

Sem a licença de seu senhor o escravizado não podia comprar, vender e penhorar objetos de valor, carnes secas, graxa, toucinho e outros produtos da economia regional; não podia participar de jogos de azar, ou lícitos, ou viver ‘sobre

²⁹ MAESTRI, 1984, p. 52 – 47; anúncios só no Jornal O Mensageiro que circulou entre 1835 e 1836. Tipo: “Quem tiver escravos para alugar para serviço de roça procure João Caetano Ferraz, morador na Rua de Praia, para effectuar o ajuste” (N° 4, Sexta Feira, 13 de novembro de 1835); a maioria das africanos e afro-descendentes vendidas tinham de 12 a 17 anos e eram para os serviços domésticos.

³⁰ Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (ISCM), 1994 – 81; existem casos de africanos e descendentes livres que também deveriam executar estes serviços.

³¹ MAESTRI, 1990, pp. 699 - 701 - 703 - 705; ISCM, 1994, p. 51.

si' dentro da cidade. Se encontrado com faca, punhal ou qualquer arma era castigado. A maioria dos castigos era prisão ou multa (MAESTRI, 1984, p.49). Aqui vemos uma substituição de funções; os capatazes e feitores iam aos poucos sendo substituídos pela força policial (Paulo MOREIRA, 1995, p.54). As compras de alforrias geravam inúmeras contradições dentro do sistema. Roberto dos Santos, ao catalogar uma série de inventários, encontrou um fato curioso em

1830, da Vila de Nossa Senhora do Rosário do rio Pardo (...) um casal de pretos forros adotou uma criança escrava, com a morte do casal ficou de herança um escravo jornaleiro com o objetivo de sustentar a pequena senhora. A primeira contradição está no livre trânsito do beneficiado escravo dentro de cânones jurídicos, os mesmos que o consideravam como coisa. A segunda contradição está na possibilidade de um escravo sustentar outro escravo, sem um dispositivo legal que o justifique. E terceira contradição está na concepção que um escravo fazia de si próprio perante a propriedade de outro escravo. Nada negava a escravidão, antes pelo contrário, tendia a complexificar mais a emaranhada teia de relações decorrentes da possibilidade de uma propriedade possuir uma propriedade (SANTOS, 1991, p.112).

Os escravizados que se libertavam da opressão direta do seu senhor conquistando a alforria acabavam caindo na opressão direta de sua cor e não são poucos os exemplos disto na história da escravidão do Brasil. Em Porto Alegre, temos um exemplo marcante de uma afro-descendente forra de nome Maria Mariana, que em 1813, no auge do período escravista, deixou seus afazeres “na Ilha do Quilombo, atravessou o Rio Jacuí e se faz presente na Câmara de Porto Alegre para defender seu pequeno pedaço de terra” (GOMES et al., 1995, p.31). Além desta figura existem outros africanos e afrodescendentes forros que tinham propriedade nas ilhas de Porto Alegre³², pois lá os “campos das suas margens que não se levantam acima de 40 a 50 palmos do leito dos rios, são inundados no tempo das ditas cheias porque as chuvas são neste clima muito copiosas”³³.

Além da alforria existiam poucas formas de liberdade, sendo que uma seria entrar para o Exército, pois havia uma pequena chance de conseguirem por algum feito de valor almejar a liberdade, pois não era permitida ao escravizado a carreira

³² O livro de Atas da Mesa Administrativa no 3, no Termo de Mesa de 17 de Abril de 1831, Folha 8, trata de venda de chácara do Arroio da Pintada, de propriedade da afro-descendente forra Narcisa Joaquina, que deixou em tratamento na Santa Casa. In ISCM, 1994 - 28

³³ Francisco João Roscio, 1774 apud GOMES, 1995, p. 10. “Arquipélago, formado por pequenas ilhas baixas, que dizem estarem sujeitas a um completo alagamento a cada dez anos” (Vittorio Buccelli, 1902, apud GOMES et al., 1995, p.12).

militar regular e o pagamento. Foram criadas tropas de serviço, *Tropas Auxiliares*, onde foram incluídos escravizados. O soldo ou pagamento era entregue ao senhor e aos escravizados militares eram reservados os serviços de alimentação, estabelecimento de acampamento, conservação de armamento, mensageiro e combatente nos conflitos. O escravizado ingressou nas fileiras farroupilhas esperando a liberdade para os que lutassem pela causa (SANTOS, 1991, p.111). O transporte de tropas fluviais foi sempre realizado por escravizados remadores de canoas. Na retaguarda acompanhavam sempre africanos, afrodescendentes, índias e mesmo brancas (GOMES et al., 1995, p.26). Em todos os movimentos (Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Guerra do Paraguai, Insurreição Praieira) o afrodescendente engrossa nas fileiras, buscando incessantemente a liberdade (SANTOS, 1991, p.81). O escravizado não recebeu passivamente esta dominação branca e empreendeu várias formas de resistência ao cativoiro³⁴: o suicídio, a morte de feitores e senhores, as fugas, os quilombos e as insurreições. Segundo o ex-escravo Mariano Santos, os escravizados não se suicidavam, apenas ficavam esperando a morte de sede, de fome ou de enfermidade. “O dia que Deus chamava” (MAESTRI, 1988, p.31). Encontramos os locais de fuga e ainda hoje estão ocupados.

A maioria dos escravizados não tinha autonomia individual, afetiva, sexual e de criatividade, levados a angústia diária, a vontade de prejudicar o senhor e o suicídio. Cada morte era uma perda mercantil e de força de trabalho. Assumiam proporções endêmicas (MAESTRI, 1979a, p.47). Às vezes os suicídios surtiam como sanções morais. Normalmente a morte era colocada por motivo ignorado ou por doença, raramente aceitava-se o inaceitável a desumanidade da condição a que era submetido este ser humano.

Os africanos e afrodescendentes eram associados a prováveis roubos ou a uma “maldade intrínseca”, jamais à condição subumana que estes eram submetidos (MOREIRA,1995). Luis Gama - filho de afrodescendente rebelde - “afirmava que o escravo que matava o seu senhor praticava um ato de legítima defesa” (apud MOURA,1987, p.80).

Os africanos e afrodescendentes, às vezes faziam insurreições, havia constantes preparações para que acontecessem. No século XIX ocorreram dois

³⁴ FAUSTINO, 1991, p.98; MAESTRI, 1979b, 1979a 1984, 1988, 1990; SANTOS, 1991; MOURA, 1987; NERY, 1988; GOMES et al. 1995.

grandes levantes no Brasil: na primeira década do século, em Salvador, e o segundo em 1865 em Pelotas (SANTOS, 1991, p.79). Em Pelotas já havia notícias de escravizados, debelados, das charqueadas próximas que poderiam atacar a cidade, entre 1831 e 1832, segundo dados baseados em documentos da Câmara Municipal (MAESTRI, 1979a, p.94). Outra revolta foi na Real Feitoria do Linho Cânhamo, em 1822, com forte presença dos barqueiros africanos e descendentes do rio Jacuí (GOMES et al., 1995, p. 28). Segundo Dr. Esperidião, presidente da Província de São Pedro, em 1863, escravizados porto-alegrenses tentaram um levante e em 1862 outras duas tentativas, todas impedidas antes de acontecer (MAESTRI, 1979b, p.53).

A forma de entendimento das ações libertadoras empreendidas pelos escravizados muitas vezes é pouco aprofundada pelos estudiosos do tema, impondo minimizações sobre os processos, tendendo apenas a iludir o leitor sobre a estrutura formal do Estado no combate a estas manifestações. Exemplo: “maneira mais simples, segura e rápida de um cativo libertar-se era a fuga” (MAESTRI, 1984, p.73). A leitura rápida desta afirmação nos levaria a crer que os escravizados poderiam realizar a sua liberdade sem tanto constrangimento e pouco o faziam, o que não é verdade. As fugas sempre foram um ponto de atenção constante na sociedade escravista e determinou inúmeras ações repressivas. O processo de urbanização do Rio Grande possibilitou que africanos e afrodescendentes fugitivos procurassem passar por cidadãos livres “de cor”. Procuravam a proteção de um liberto ou de um senhor de escravos, que acabava por ser menos exigente ter um afrodescendente “acoitado”. O ato de acoitar um escravizado era também severamente punido por lei, mas acontecia com frequência pelas vantagens obtidas pelo que acoitava, pois possuía um bem de alto valor sem os custos iniciais de sua compra.

As fugas causavam um prejuízo grande aos senhores, alguns não eram mais capturados, sendo despendidos novos valores para a compra de um novo escravizado. O tempo de trabalho despendido na procura do escravizado também não era compensado. Presos os fujões continuavam causando prejuízos aos seus donos, pois também pagavam os apesadores, desde 1574. As constantes fugas aumentavam as despesas com os escravizados que permaneciam e com os que eram caçados (MAESTRI, 1984, p.73-74). Isto já valia o esforço do africano e afrodescendente em fugir, pois sabia o estrago que poderia causar aos seus

senhores. Muitos, com certeza, sabiam que poderiam ser recapturados, mas todo o gasto valia a pena, pois nada perderiam. O máximo seria pagar com a vida, mas ou morria na senzala (inválido, de doença, de fome) ou morria buscando a liberdade.

Anúncios indicam que os escravizados fugitivos buscavam a fronteira³⁵. A maioria dos escravizados que fugiam era do sexo masculino, estando na faixa etária entre os 18 e 40 anos. A fuga era gerada pelo fato de serem escravizados. Na luta pela liberdade qualquer oportunidade era boa. Assim, o escravizado “fugia, fugia, fugia”. Levando o que vestiam, o melhor do baú de seu senhor, usava seus pés, nos barcos que bem sabia manejar, sós ou acompanhado, fugiam. Sem certeza e segurança de estar livre em qualquer área, com exceção dos países vizinhos que, na década de 50 do século XIX, já haviam libertado os escravizados, empregando os “fujões” como peões ou trabalhadores assalariados.

A preocupação com a fuga já data de 18 de abril de 1798, quando criado o cargo de Capitão do Mato. Mandavam marcar com um “F” a cabeça dos escravizados encontrados em quilombos (GOMES et al., 1995, p.28). Existiam problemas para as fugas em massa: a diversidade étnica, a dispersão geográfica, a vigilância, a polícia, os Guardas Nacionais, a denúncia, o controle ideológico da Igreja, entre outros. Sant-Hilaire notava que os mais valentes soldados de Artigas eram africanos e afrodescendentes fugitivos. As fugas podiam posteriormente levar a formação de “mocambos” e “quilombos”³⁶.

Mario Maestri, publicou, em 1988, alguns depoimentos de ex-escravos que conheceram estes momentos de fuga. O depoimento do cativo Antônio Cabinda relata o convite feito a Maria Mina para fugir para um quilombo. Delatado pela cativa, procura desmentir a escravizada, lançando suspeitas sobre o comportamento moral da mesma. O outro é o depoimento de Mariano Santos, ex-escravo de fazenda no Paraná:

E: Fugia muita gente?

M: Não tinha. Porque eles iam de atrás, achavam.

(...)

E: Mas fugia?

³⁵ O Jornal o Mensageiro é um bom exemplo, em 37 números de tiragem aparecem 11 anúncios de fuga de escravizados, com idades de 8 até a faixa de vinte poucos anos.

³⁶ MAESTRI, 1979a, p. 80-89; SANTOS, 1991, p.75.

M: Fugia. Agarravam o ôco, ía pro mato, deitava no mato. Porque era dura a luta. O senhor vê que no enxadão, picareta, arando o chão, rancando raiz de pinheiro, raiz de maderada, destes tocos duros, o dia tudinho! Sem descanso! De cedo à noite! Não agüenta... Mas como falei, eles iam atrás. Traziam, Furavam, às vez, na sola dos pés com ponta de faca. o outro castigo era a palmatória na mão, que ficava qu'era um bolo inchado. E tinha que trabaiá ...

Os que não agüentavam mais de idade eles pinchavam (colocavam) num paiolzinho véio. Daí, a comida era por semana. Se comesse tudo antes de entrá a outra semana ... E reclamasse pra ver ... Porque eles faziam o que eles queriam ... (MAESTRI, 1988, p. 29)

(...)

E: Como era capturado o escravo que fugia?

M: Ele fugia. Escondia. Os feitores saíam a campear. Pois é a mesma coisa que o senhor vai no mato fazer uma caçada. O senhor fecha (lança) os cachorros no rastro de uma caça. E o senhor fica esperando, cuidando. O cachorro tria (fareja) aqui, tria ali; tria aqui, ali. E até que acha a caça e trás pro senhor. Pra vivê ou prá Morrê. Vem onde tá, puxa a espingarda, ou o revolver, atira. Deixa no lugar. (...) Agora os feitores são bastante. Campeia, pro mato. (...) o pessoal que fugiam não podiam ir muito longe, porque sertão buco, sertão fera, tigre, suçurana. Tudo quanto era bicho brado (...) Eles os feitores saíam a campear. Achavam, anodeavam, se corresse, era duro, apanhava, ou eles atiravam. Morria.(MAESTRI, 1988, p. 30)

(...)

E: Os escravos sabiam que havia algum quilombo?

M: Os chefes sabiam porque eles eram chefes, saíam. Porque nós não saia. Não podia sair. E dava graças quando chegava a noite pra descansar um pouquinho. E não saia. (...)

E: O senhor, alguma vez, ouviu falar de algum quilombo?

M: O quilombo no estado do Paraná. Vi falá (...) Eu vi falá que ... Um dos chefes... Não conheci. Porque, a gente, nós não saimo pra qui, pra ali, depois da Libertação. Porque naquele tempo não era tempo de batizado, nem registro, nem de era, nem de data que nasceu. era mesmo uma boiada no campo. então, não tinha nem era. Então a gente não tinha liberdade de sair. E como eu tava explicando pro senhor inda hoje: que agora nós tâmo na glória (...) (MAESTRI, 1988, p. 34)

Muitas foram as fugas³⁷ individuais informadas nos anúncios dos jornais e nos processos crimes. Uma correspondência passiva da Câmara (Porto Alegre, 1855), indícios de ranchos de capim atrás da praça do mercado servindo de abrigo a escravizados fugitivos são investigados (GOMES et al., 1995, p.33). Na época era grande o número de africanos e afrodescendentes escravizados que estavam presos (GOMES et al.1995, p.31). As Irmandades onde houvesse escravizados

³⁷ Fuga em massa em Porto Alegre em 1812, sob o governo de Don Diogo de Souza, uma revolta de presidiários, que trabalhavam na estrada do Caminho Novo, iniciada em 1806, fugidos para as ilhas fronteiras. (GOMES et al., 1995, p.31)

eram importantes no apoio às fugas dos africanos e afrodescendentes (GOMES et al. 1995, p.29). Eram fenômenos urbanos, associados aos “terreiros” e “batuques”, que eram freqüentados por vários tipos de pessoas, como escravizados, libertos e livres pobres (MAESTRI, 1984, p.54). Estas Irmandades propiciavam uma constante relação entre os escravizados e os quilombolas, as quais propiciavam novas fugas. Acabam proibindo os batuques e as danças da irmandade na frente da Igreja Matriz, em Porto Alegre e africanos e afrodescendentes construíram a Igreja dos Pretos de Nossa Senhora do Rosário.

Onde existiam escravizados existiam quilombos. Quilombo era aquilo que o Rei de Portugal consultara do Conselho Ultramarino, em 1740 (MOURA,1987, p.16). Os quilombos pequenos eram grupos armados com uma liderança surgida no ato da fuga e de sua organização. Muitos convergiam para os núcleos dos quilombos maiores, principalmente os segmentos oprimidos pela sociedade escravista, tais como fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos, africanos e afrodescendentes marginalizados; tendo contato com bandoleiros e guerrilheiros das margens de estrada, os quais geralmente avisavam das expedições punitivas contra eles. Em muitos quilombos foram apreendidos animais de montaria que serviam à mobilidade dos quilombolas. Mantinham contatos com segmentos econômicos e sociais ligados diretamente à sociedade escravista, fazendo negócios.

Os quilombos não eram grupos fechados, faziam parte de uma resistência para onde convergiam diversos níveis de oprimidos e descontentes da sociedade escravista. Organizados, com abundância de mão de obra, trabalho cooperativo e solidariedade social, obtinham fartura, que divergia muitas vezes das miseráveis comunidades escravistas. As estruturas de defesa da população e de sua economia criavam uma hierarquia militar e um grupo armado, que protegia os trabalhadores. As armas mais comuns eram arcos, flechas, lanças e armas de fogo, estas últimas muitas vezes tomadas das expedições punitivas ou compradas por intercâmbio com a sociedade escravista (MOURA,1987, p.18 - 55).

Entranham-se pelos matos
 E como criam e plantam
 Divertem-se, brincam, cantam,
 De nada tem previsão
 Vêm de noite aos arraiais
 E com indústrias e tretas,
 Seduzem algumas pretas,

Com promessa de casar.
Elegem logo rainha
E Rei, a quem obedecem,
Do cativeiro se esquecem
Toca a rir, toca a roubar.³⁸

A multiplicação dos quilombos comprova as práticas contestatórias dos africanos e afrodescendentes escravizados. Construíram um espaço social de autonomia política consciente (SANTOS, 1991, p.79). Por tudo isso as atividades contra os quilombos também eram intensas. No Rio Grande de São Pedro existia o 8º Batalhão de Caçadores, que tinha a função de patrulhar, procurar e resgatar os quilombolas. A contradição entre quilombos e sociedade escravista só poderia ser eliminada com a destruição de um dos dois. Não era uma questão apenas de terra, o africano e descendente tinha valor dentro da sociedade escravista. Quanto maior o quilombo, maior a cobiça dos escravagistas. Os caçadores teriam bom lucro com a venda dos aquilombados, apesar do direito de posse dos antigos proprietários não se extinguir com a fuga. No final, os quilombos acabavam sendo vistos como problemas políticos (MAESTRI, 1979a, p.72 - 86).

No Brasil Meridional temos notícias de uma série de quilombos. Um bastante conhecido é o do Negro Lucas, na Ilha dos Marinheiros de frente a cidade de Rio Grande, onde se aquilombaram cinco homens e quatro mulheres. Quando debelado e morto o Negro Lucas, foram encontrados neste quilombo: uma casa, com repartimentos, alguns de couro de vaca, muita carne, graxa, sebo, panelas de ferro, chocolateiras, garrafas, frascos, garrafões, uma lança, lenha cortada em grande quantidade e muitas provisões. Esta ilha sempre foi tradicional fornecedora de lenha à cidade de Rio Grande. Talvez a lenha que estava estocada neste quilombo tivesse o destino da cidade ou dos moradores dos arredores (MAESTRI, 1979a, p.90-91). Existem dados de fugas para a Serra dos Tapes, próximo a Pelotas. Existem outros indicativos tais como as nomenclaturas de lugares: Arroio dos Quilombos, Arroio Mocambo, Ilha Monjollo, etc. (MAESTRI, 1979a, p.91-93). Em 1829, há referência a combate a quilombolas na Ilha do Barba Negra, na entrada da Lagoa dos Patos, em frente a Itapuã – Porto Alegre (GOMES et al., 1995, p.32).

³⁸ poeta do século XIX, sobre a vida nos quilombos (MOURA,1987, p.42).

Em Porto Alegre, na região do arquipélago, a toponímia demonstra a efetiva presença afrodescendente: Ilha da Maria Conga, Ilha Maria Monjollo, Ilha do Quilombo, Arroio Congo, Saco do Quilombo, e outros. Estes locais inicialmente serviram de refúgio aos indígenas. Não acreditamos que existiam ali concentrações populosas de escravizados fugidos, mas existiam bons esconderijos para grupos de até 30 pessoas. A Ilha do Quilombo já era assim conhecida desde 1810, sendo que em levantamento de 1859, feito por Felipe Von Normann, a Ilha surge como Ilha do Tamanco e como Ilha da Maria Monjollo, reaparecendo o nome de Ilha do Quilombo em 1891. Os escravizados que ali se estabeleceram vinham à cidade, conforme referências, vender peles de cotias e beijus. Dedicavam-se ao transporte de passageiros entre uma margem e outra do Jacuí ou do Guaíba (GOMES et al., 1995, p.21- 36). Na Ilha da Maria Conga, segundo a moradora Aracy Bitencourt Fonseca, existe um canal aberto por escravizados congos (GOMES et al., 1995, p.36). Outro indicativo está na presença da família Benguela de Aguiar cultivando terras entre o Arroio dos Tamancos, o Lago da Mãe Teresa e Volta da Mãe Teresa. Vários documentos oficiais informam que a ilha era habitada por diversos africanos e afrodescendentes forros (GOMES et al., 1995, p.37 - 78). Todas estas referências devem ser investigadas quanto a sua cultura material que ainda está depositada nestes lugares. Com isso surge uma nova história, novos *itans*, com isso novos processos educativos.

Não há como chegar a conclusões

A inexistência destas referências sobre a resistência dos escravizados e suas formas de persistir até o presente produziu a escrita histórica e a arqueológica brasileira. Estão longe ainda os textos educativos que possibilitem reproduzir o imaginário africano destes processos. Os vácuos historiográficos ainda se mantêm. Foram produzidas imagens europeias com incompreensões do modo de viver das diversas culturas formadoras do Brasil e estas permanecem, sendo que as usam para falar contra a discriminação. A ciência arqueológica tende hoje a responder a estes vácuos historiográficos e recuperar os *itans* dos africanos no Brasil, se assim o desejar, mas também pode propor a história dos outros para nós (como sempre fez). Este dilema é parte da história da própria arqueologia no Brasil.

Envolto por este dilema reproduzimos ainda os velhos textos nas escolas e com eles tentamos cumprir as legislações que querem coibir os processos de discriminação. Mas o que temos até agora é discriminação na escrita e na forma de entender os africanos e descendentes, indígenas, quilombolas sociedades tradicionais e outros grupos. A continuidade da percepção racional e europeia destas realidades manterá a discriminação, há que se reescrever tudo e respeitar as formas de pensar destes ainda discriminados. É um grande trabalho, então começamos humildemente este trabalho no LAMINA-UFPel.

Referências

CARLE, Cláudio B. **A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX.** (Tese doutoramento), Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2005.

CORSETTI, Berenice. Estudos da Charqueada Escravista do Rio Grande do Sul. **Historia: Ensino e Pesquisa**, ano 1, nº 1, Porto Alegre: APHRGS, Sulina, 1985

CONTY, Louis. **A escravidão no Brasil.** Rio de Janeiro: Casa Ruy Barbosa, 1988.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário.** Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

FREITAS, Décio. **O escravismo Brasileiro.** Porto Alegre: ESTSLB/Vozes/ICP, 1980a.

FREITAS, Décio. **Escravidão de índios e negros no Brasil.** Porto Alegre: EST-ICP, 1980b.

FAUSTINO, Gitibá G. O negro gaúcho e suas origens. In: TRIUMPHO, Vera (Org.) **Rio Grande do Sul.** Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p. 97-103.

GOMES, José; MACHADO, Helena; VENTMIGLIA, Marise. **Arquipélago:** As Ilhas de Porto Alegre, Memórias dos Bairros. Porto Alegre: Unidade Editorial, PMPA, (primeira prova antes da edição), 1995.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850** - Descrição do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre: D.C. Luzzato, EDUNI-SUL, 1986.

ISCM (IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA). **Negros Cativos e Livres na Irmandade Santa Casa de Misericórdia**. Porto Alegre: ISCM, CEDOP, 1994.

LEITE, Fábio. **A questão da palavra em sociedades negro-africanas**. Disponível em: <<http://diffuserconfusion.wordpress.com/2008/10/24/a-questao-da-palavra-em-sociedades-negro-africanas/>> Acessado em 15 de dezembro de 2008.

LEITE, Ilka B. Apresentação. In: LEITE, Ilka B. (Org.) **Negros no sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 9-10.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá: Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira**. Salvador: SECNEB/CED-UFB, 1995.

MAESTRI, Mario J. **Depoimentos de Escravos Brasileiros**. São Paulo: Ícone Edições, 1988.

MAESTRI, Mario J. **Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas**. Porto Alegre: ESTSLB; Universidade de Caxias, 1979a.

MAESTRI, Mário J. O ganhador, o alforriado, o bacalhau. **Veritas**, Porto Alegre: PUCRS, v. 35, n. 140, p. 695-705, 1990.

MAESTRI, Mario J. **O Escravo Gaúcho**. Resistência e Trabalho, São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História; v.93).

MAESTRI, Mário. J. O Escravo Africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979b. p. 29-54.

MOREIRA, Earle D. M. **Aspectos da escravidão na América espanhola**. Porto Alegre: APGH-PUCRS, 1995.

MOREIRA, Paulo R. S. E a rua não é do Rei - Morcegos e Populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre - Século XIX. In: HAGEN, Acácia & MOREIRA, Paulo (Org.). **Sobre a Rua e Outros Lugares** - Reinventado Porto Alegre. Porto Alegre: AHRGS - CEF/RS, 1995. p. 51-96.

MOREIRA, Paulo R. S. **Os Cativos e os Homens de Bem**. São Leopoldo, EST, 2003.

MOURA, Clóvis. **Quilombos e Rebelião Negra**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História - v. 12).

NERY, Cristina D.; LOPES, Gilian. Relação Senhor - Escravo. **Veritas**, Porto Alegre, PUCRS, v. 33, n. 132, p. 533 - 535, 1988.

O MENSAGEIRO, Jornal Farroupilha, Porto Alegre, 1835 – 1836.

OLIVEN, Ruben G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros no sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.

SANTOS, Roberto dos. O Negro no Rio Grande do Sul: uma realidade além do mito. In: TRIUMPHO, Vera (Org.). **Rio Grande do Sul Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p. 107 – 114.

Notas sobre o autor

Professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas, o autor possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1989), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993) e Doutorado Internacional em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Professor do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.